

DOS VALORES INDIVIDUALISTAS AOS CAMINHOS DE SUPERAÇÃO

Róber Iturriet Avila¹
Luiz Fernando Valter de Oliveira²
Mitcheia Guma Pinto³

RESUMO

Este artigo se propõe averiguar as fontes dos valores individualistas na sociedade contemporânea. Para tanto, eles serão analisados por dois fatos geradores; i) pela influência dos intelectuais nestes valores e; ii) pelo condicionamento dos homens diante do arranjo econômico. Pauta ainda este trabalho as maneiras de mitigar tais valores, no tempo em que se gestam valores coletivistas. Este papel é analisado a partir de dois prismas i) pelo papel dos intelectuais na formação de valores; ii) a partir do sistema educacional que os potencialize. Assim, este trabalho versa, adicionalmente, sobre como a educação formal pode ter um papel importante na transformação cultural de uma sociedade.

Palavras-chave: Valores individualistas, intelectuais, educação.

ABSTRACT

This paper is proposed to investigate the sources of individualist values in contemporary society. To do that, they will be analyzed by two generators elements; i) the influence of intellectuals in these values and; ii) the conditioning of the men in the economic arrangement. This research broach, additionally, forms to mitigate such values, while emerge collectivist ones. This paper is analyzed from two angles i) the role of intellectuals in shaping values, ii) from the educational system that increase these values. Thus, this paper deals, in addition, about how formal education can play an important role in the cultural transformation of a society.

Key-words: Individualistic values, intellectuals, education.

1. Valores na sociedade

A solidificação de valores nas sociedades se processa paulatinamente. Eles são expressos por hábitos, instintos, regras de conduta, normas informais, costumes, padrões, maneiras de pensar que impactam no ambiente e na realidade social (CONCEIÇÃO, 2002).

Estas regras sociais ou valores, facetas das instituições, são estabelecidas pela relação inter-pessoal, que resultam das interações de membros de uma sociedade. Tais valores partem da ação coletiva, moldando as bases da organização social e interferindo na ação dos indivíduos (COMMONS, 1934).

Além de ser um resultado da interação de uns com os outros, Gramsci (1979) salienta que os valores são formados também pelos "intelectuais". Intelectuais, no conceito do autor, abrange toda a massa social que exerce funções organizativas, seja no campo da produção, seja no campo da cultura, seja no campo político. Estão entre os organizadores

¹ Professor na Universidade do Vale do Rio dos Sinos

² Bacharel em ciências econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria

³ Acadêmica do curso de Letras Português/Inglês pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

da sociedade os membros da academia, os políticos e líderes da sociedade. Particularmente as pesquisas científicas têm a capacidade de afetar o mundo social, pois influenciam os seus atores.

Este grupo é competente ao persuadir a vontade coletiva em assumir outros valores, crenças, práticas políticas e concepções de mundo diferentes das pregressas. Esta identificação cultural visa impactar sobre a organização da sociedade para que interesses não sejam conflitados. O consenso difundido na sociedade repercute nas normas, nos gostos, nas relações sociais nas práticas políticas, nas orientações ideológicas... Assim, muitos dos valores da sociedade são na verdade gestados pelos “intelectuais”, que têm a capacidade de mudar a realidade social.

Existe ainda a interpretação de que a sociedade e o sistema capitalista como um todo determinam os valores da sociedade. E, neste caso, a formação deles se daria de maneira informal. Sob este contexto, o indivíduo seria um produto social e por ela determinado.

Por ser entendido que os valores de uma sociedade podem modificar a estrutura social, este artigo se propõe a averiguar como foram radicados os valores individualistas na sociedade contemporânea. Para tanto, eles serão analisados por dois fatos geradores; i) pela influência dos intelectuais nestes valores e; ii) pelo condicionamento dos homens diante do arranjo econômico.

Tomando-se por hipótese que o comportamento individualista traz impactos negativos sobre a sociedade, como os litígios, fraudes, corrupção e até mesmo outros problemas sociais comumente referidos como “injustiças sociais”, tal discussão se torna fundamental.

Está ainda no escopo do presente estudo a discussão de como podem ser gestados valores solidários e coletivistas a partir de dois prismas: i) pelo papel dos intelectuais na formação de valores; ii) a partir do sistema educacional que os potencialize.

Assim, este trabalho pauta-se também sobre como a educação formal pode ter um papel importante na transformação cultural de uma sociedade. Através de uma educação que dissemine a cultura pró-qualidade de vida, a solidariedade, a equidade entre homens, a reciprocidade, o dever cívico e a sensibilidade social, os quais trariam maior comprometimento mútuo entre os seus componentes. É assumido, desta maneira que, um senso de coletividade tem a capacidade de mitigar restrições sociais, aflorando, ainda, o apreço legítimo à justiça social.

2. A consolidação de valores

Embora a constituição de valores sociais perpassa por inúmeros elementos e esteja submersa em uma extensa complexidade de fatos sociais, cumpre, para fins analíticos

isolar fatos geradores destes valores. A literatura exposta subsequentemente e utilizada como ponto de partida neste estudo embasa-se em dois elementos que conjugam a formação de valores: i) os intelectuais com suas interpretações científicas, as quais afetam o mundo social e seus atores; ii) determinadas condições histórico-sociais, que, neste caso específico, forçam os homens a agir em vista de seu interesse. Cumpre detalhar estas percepções com o intuito de demonstrar como elas referendam o processo de individualização das sociedades.

2.1. Formação de valores: os intelectuais

A sociedade contemporânea é comumente referida como ancorada em valores individualistas. A cristalização destes valores se funda em uma revolução de ideias que racionalizou a ordem social. Neste tempo, o ser humano foi colocado no centro do universo, em uma nova visão de mundo que explica o desenvolvimento das ideias e das sociedades modernas.

Desta maneira, os valores presentemente existentes se originam no Iluminismo, o qual alterou o modo de pensar e agir das pessoas, em um movimento também chamado de antropocentrismo ou de individualismo renascentista. No passo dado entre a sociedade tradicional e a moderna, uma revolução ética firma o individualismo⁴ para organizar as ideias e teorias sociais.

No campo da ciência econômica, então conhecida como economia política, a sociedade passa a ser analisada a partir do indivíduo. As pessoas produzem pensando em seu próprio benefício, em seu interesse. Assim, nas relações econômicas, os homens são egoístas e produzem objetivando o que querem para si mesmos. Não produzem por benevolência nem para agregar ou auxiliar ao outro. E, de forma global, na soma destes comportamentos, cada um pensando em seu benefício, contribui para reger a economia como um todo. Percepção que seria avalizada pela célebre passagem de Adam Smith (1723-1790)⁵:

O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que

⁴ Cumpre ressaltar que o individualismo e o egoísmo estão sendo aqui assumidos como conceitos próximos, embora eles possam ser distinguidos em termos metodológicos. Isso porque o primeiro é o fundamento de um método e o segundo é apenas um comportamento humano. Aqui, entretanto, serão tratados apenas enquanto estes conceitos se interpenetram, ou seja, no sentido de conduta.

⁵ Está sendo suprimida aqui a controvérsia existente sobre a descontextualização desta passagem em relação à obra de Smith, a qual, nestes termos, teria sido mal interpretada. Tal corte analítico se justifica, pois à despeito desta polêmica, a primeira versão foi canonizada na ciência econômica. Ver Bianchi e Santos (2007).

quer, se conseguir interessar a seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. É isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer — esse é o significado de qualquer oferta desse tipo; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (SMITH, 1996, p.74).

Nesta mesma revolução de valores, Thomas Hobbes (1588-1679) explana que a natureza humana é essencialmente egoísta e avarenta. Assim, o homem apenas se importa consigo, trazendo um tecido social formado pelo medo e pela constante guerra de todos contra todos. Bernard de Mandeville (1670-1733) em sua *Fábula das abelhas: vícios privados, benefícios públicos* interpreta que a sociedade vive em fraude, luxúria e orgulho. Contudo, se cada indivíduo cuidar apenas do seu interesse próprio, tudo se ajeita espontaneamente para o benefício de todos; ao passo que o esforço para ser bom e virtuoso coloca o homem em oposição ao interesse geral, findando a prosperidade destruindo a sociedade. Ou seja, como o nome sugere, os interesses individuais produziram o bem coletivo. Adicionalmente, o autor considera que uma sociedade que se funda nas virtudes que negam a individualidade tem como resultado o tédio, a preguiça e a pobreza. O motor do progresso é, neste caso, o egoísmo e a cobiça, já as virtudes são catastróficas aos negócios. Ainda para este autor, o indivíduo é anterior à sociedade, pois é ele que, de maneira agregada, a forma (BIANCHI, 1986).

John Locke (1632-1704) também entende que os indivíduos precedem a sociedade. Logo, é a partir daquele que ela é explicada. Em sua obra, o autor centra-se no indivíduo, auxiliando, assim, a se firmar o individualismo. Schumpeter (1968, p.20) destaca o papel fundamental que esta visão do mundo desempenha para explicar o desenvolvimento das ciências:

Daí se deduzem duas conseqüências bem compreensíveis: adotou-se, de um lado, um ponto de vista individualista, isto é, acreditou-se ver nas causas que fazem agir o indivíduo isolado a chave que permite interpretar os fatos sociais; por outro lado, chegou-se a considerar que havia uma ordem imutável das coisas sociais [...]

“A economia política considera a humanidade ocupada unicamente na aquisição e consumo da riqueza” (MILL⁶, 1967, p. 321-323 *apud* BLAUG, 1994, p. 102). O homem sob o prisma teórico passa a “[...] preferir mais a menos, escolher a mais alta taxa de rentabilidade, minimizar os custos unitários e, sobretudo, prosseguir o interesse próprio *sem qualquer atenção explícita para o bem-estar dos outros*” (BLAUG, 1994, p. 323-324, grifos acrescentados). Nestas bases, o que antes era tido como vício, o egoísmo, passa a virtude. A conciliação entre os interesses privados e públicos é particularmente efetuada pela então economia política. Agir pelo seu interesse se torna agir certo. E o individualismo passa a ser visto como salutar à sociedade, pois ele dá segmento à vida social e viabiliza a organização sócio-econômica. Na medida em que cada um busca o seu interesse, o melhor para si, acaba contribuindo para o bem comum. Ou, dito de outra maneira, chega-se a consequências benéficas não-intencionais ao se agregar as ações individuais intencionais. O interesse passa a figurar como uma paixão razoável, que auxiliaria na construção de uma sociedade em que todos saem beneficiados. As relações econômicas amalgamam a organização social (AGUIR e BIANCHI, 2009; BIANCHI, 1986).

Neste mesmo sentido, como sua função organizativa da sociedade, a religião também teve participação neste desencadear. Sob a égide cristã católica, o homem era submetido ao clero, o que restringia a valorização do indivíduo. A reforma protestante, entretanto, alterou os valores da época em tela, libertando a condenação religiosa ao ganho pecuniário e ao enriquecimento. O lucro deixa de ser pecado e passa a uma retribuição divina. A iniciativa pessoal é frisada como o meio da salvação e da glória diante de Deus. O trabalho deve ser constante, sistemático e eficiente. Esta alteração é observada por Hunt (2005) como a mudança de valores que viabilizou o modo de produção capitalista. Em suas palavras:

O protestantismo não só os libertou da condenação religiosa, como também acabou transformando em virtudes os motivos pessoais, egoístas e aquisitivos que a igreja medieval tanto desprezava [...], essa nova visão religiosa contribuiu infinitamente para a influência crescente da nova filosofia individualista (HUNT, 2005, p.27-28).

Hirschman (1979) interpreta que ao início da era moderna os filósofos careciam de uma perspectiva de análise do comportamento humano. Isso porque a ética medieval condenava a usura e a acumulação, em oposição à sociedade capitalista que era mercantilizada. A alternativa foi encontrar no interesse próprio o fio condutor de análise, já que ele integrava o melhor da paixão e da razão. A paixão, sob este ângulo, está no desejo

⁶ MILL, John Stuart. *Collected Works, Essays on Economy and Society*. Toronto: University of Toronto Press, c1967. v.4.

e a razão no interesse como forma de atingir a ordem social, previsibilidade e transparência. Desta maneira, os filósofos legitimavam os emergentes valores individualistas e sepultavam a ética medieval.

No tempo em que as mudanças sociais ocorriam, o desejo de enriquecer, tido como vício na Idade Média, tornava-se uma virtude para validar a nova organização social também sob o ponto de vista religioso. A filosofia moral da Idade Média era repressiva e tinha relação com o auto-aperfeiçoamento dos homens, enquanto a nova percepção rompe com tal perspectiva. As paixões antes tidas como “destrutivas” passam a unir o tecido social e, portanto, tornam-se aceitáveis, tais com o egoísmo.

Esta revolução intelectual e ética arraiga valores individualistas que se enraízam na sociedade e perduram até a contemporaneidade. No plano material, a sociedade se forma a partir de um novo relacionamento, que é simultâneo a mudanças nas ideias (AGUIR e BIANCHI, 2009).

Toda esta transformação tinha como pano de fundo alterações sócio-econômicas, haja vista a franca expansão do capitalismo britânico e seu subjacente progresso material. Este arcabouço intelectual, em acordo com Gramsci (1979) preconiza o autointeresse da sociedade mercantil e industrial. O homem no centro afirma o individualismo e empurra cada um ao seu interesse. Ou, de outra maneira, o autointeresse passa a reger os nexos da sociedade, com o aval dos intelectuais que saúdam esta organização econômica e exaltam os benefícios da sociedade ancorada nos valores individualistas.

Nesta mesma linha, Prado (1991) retoma a menção de que as interpretações científicas podem afetar o próprio mundo social, ou, em suas palavras “as idéias influenciam diretamente na opinião pública relevante e, indiretamente, assim, nas políticas executadas pelo governo e nos rumos da sociedade” (PRADO, 1991, p.60). A despeito desta visão, de concreto pode ser verificado que o individualismo passa a organizar as ideias e teorias sociais.

Esquecido foi, entretanto, que estes valores autointeressados levam o indivíduo a ignorar ou a passar por cima de outras pessoas em busca de seus benefícios. Ou seja, existem efeitos colaterais dos valores referendados pela intelectualidade.

2.2. Formação de valores: o sistema econômico

Ainda que as pesquisas científicas e o método das ciências sociais adentrem na educação formal, há ainda a educação informal, a qual também influencia nos valores da sociedade. Educação informal é entendida como a aprendizagem contínua e que se realiza

fora do esquema de ensino. É a formação recebida pelo meio sócio-cultural e que modifica as atitudes das pessoas.

Este meio social e material penetra na consciência dos homens de modo a contribuir em seus nexos. Em face das limitações do presente estudo, será esmiuçada apenas a “formação” recebida pelo sistema econômico, ou seja, como ele incita valores individualistas, sendo, portanto, suprimidas as demais facetas da educação informal.

Dentre os autores que entendem ser o homem “coagido” pelo sistema sócio-econômico de determinada maneira, há Karl Heinrich Marx (1818-1883) que analisa o comportamento humano inserido em um contexto histórico. Sob esta interpretação, não são os homens que possuem valores individualistas. Ao contrário, eles são levados por um poder que escapa ao controle de cada um. Ou seja, os fatos sociais transmudam o indivíduo. Sua natureza não é pré-existente, mas está submersa na sociedade, que é regida pelas relações materiais.

[...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção, que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (DEMO, 1985, p. 73).

Marx (2008) vê o “indivíduo” como um conjunto de relações sociais. Logo, é a história que muda o homem. No caso do homem moderno, ele é levado a perder seus laços sociais, ou seja, o homem historicamente condicionado não pode ser tido como regra de comportamento.

Nestas bases os valores dos homens são determinados pela sua existência, pelas suas relações materiais (DEMO, 1985). Ratificadas nesta estrutura, se fundamentam as instituições políticas, as ideologias, os códigos morais, os conhecimentos filosóficos e científicos, enfim, toda a *superestrutura*.

Não obstante seja de intuito apresentar como o sistema capitalista incentiva o individualismo, cumpre retomar brevemente a relação entre os homens antes deste sistema se solidificar, haja em vista a perspectiva histórica da presente análise.

Nas relações pré-capitalistas o vínculo inter-pessoal se processava baseado em laços familiares, religiosos ou estamentais. Esta configuração limitava o espírito

individualista. Mesmo que a junção social fosse hierárquica, os seus laços eram calcados na fidelidade (PAULANI, 2005 e PRADO, 1991). A identidade individual era pouco definida, escondida atrás dos valores comunais. Os vínculos existentes impunham barreiras ao individualismo.

Conforme expõe Paulani (2005), é a dissolução destas relações tradicionais, ocorrida com a expansão do capitalismo, que afirma o individualismo. O reflexo deste movimento é o homem que calcula seus fins e meios em vista de seu interesse.

[...] nas comunidades tribais primitivas, existia a igualdade, mas não o indivíduo. A busca do interesse próprio não tinha ainda canais para se conduzir. E isto porque a propriedade não era aí privada, era comunal, ou seja, a relação de posse era antes social do que individual. Mesmo civilizações mais adiantadas, como as da antiguidade clássica, na qual existia algo mais parecido com a moderna propriedade privada, ainda aí era a comunidade o pressuposto da propriedade (PAULANI, 2005, p.85).

De acordo com a autora, esse é um dos mais expressivos elementos que empurra o indivíduo ao autointeresse. Neste ponto, independentemente da vontade, o homem inconscientemente se torna individualista, há a “obediência a ordens superiores” (PAULANI, 1995). Ou seja, o indivíduo, que pensa ser autônomo, é na verdade, uma parte de uma estrutura e é forçado a agir de maneira individualista, já que não lhe resta escolha neste modo de produção.

As relações econômicas se mercantilizam e se tornam impessoais, deixam de ser entre pessoas e passam a ser entre objetos. Isto acarreta em perda da humanização antes existente como magma social. Não é mais o produto que organiza a sociedade e sim o autointeresse. O homem passa a agir pelas suas necessidades. Assim, há o desvinculo com a comunidade, valorizando o interesse pessoal.

Dito de outra maneira, as relações sociais aparecem “[...] como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos” (MARX, 2008, p.95). Neste substrato, a busca material deixa de ser um meio para a vida, transformando-se em fim dela: “em sua inspiração incessante pela forma universal da riqueza, o capital impele o trabalho a ultrapassar os limites de sua necessidade natural, criando os elementos materiais, para o crescimento de uma rica individualidade, multilateral na produção e no consumo [...]” (ROSDOLSKY, 2002, p. 352-353).

Na esteira destas transformações, os valores passam a ser ditados pelas relações de produção. Na nova conjunção, o consumo ganha destaque, o produto do trabalho fica oculto, assim como suas adjacentes relações sociais. O dinheiro assume o papel principal e este fica superior ao homem, dominando as relações de produção: “cria-se assim o fundamento para a supremacia do dinheiro e das relações monetárias, e para o reflexo

invertido das relações sociais de produção na consciência dos participantes” (ROSDOLSKY, 2002, p.118). Tendo o dinheiro como elo da sociedade, os interesses individualistas se fortificam, levando ainda à desvinculação de laços pessoais e ao distanciamento das questões coletivas.

A despeito destas considerações e seguindo o mesmo prisma analítico, os valores presentes no corpo social não são inatos. Deste modo, a realidade é capaz de alterar a consciência humana e esta, simbioticamente, mudar a realidade. Logo, o homem reage ao mundo em que vive. Analisando-se o homem como ser social, seu comportamento advém de suas relações. Como nítida conclusão, a sociedade é vista como capacitada a alterar seu contexto, seus valores e sua condição histórica.

3. O caminho reverso: cristalizar comprometimento mútuo entre homens

North (1990) postula que os valores têm a capacidade de modificar a estrutura social. Ao se agregar esta percepção à assunção da hipótese de que buscar valores autointeressados leva os indivíduos a ignorar ou a passar por cima de outras pessoas em busca de seus benefícios, se conclui que tais valores prejudicam recursos humanos devido a sua “dinâmica excludente” (SCHMIDT, 2005, p.313). Deste modo, é possível perceber que a superação destes valores é algo positivo à sociedade.

Para tanto, é preciso uma “[...] construção de outros paradigmas de sociedade em que o objetivo seja o desenvolvimento do ser humano num ambiente de democracia e solidariedade” (SCHMIDT, 2005, p.313). Dadas as relações materiais, restam ainda outras fontes da formação de valores que podem ser aventadas. Seja o indivíduo que determina os moldes da sociedade, seja ele por ela condicionado. No primeiro caso, os intelectuais possuem notável papel. No segundo, a educação formal tem a capacidade de alterar os valores dos homens, que, em conjunto, poderiam transformar suas relações inter-pessoais.

3.1. O que compete aos intelectuais

Souza (2005) expõe que em meio à expansão do capitalismo, o indivíduo se emancipa das questões sociais, se fecha em si, isola-se, distancia-se dos demais homens e liberta-se da ordem coletiva. A organização econômica é ligada ao individualismo não apenas devido à impessoalidade das relações materiais, mas também devido à condição de ter de se prover e não mais ter suas garantias mínimas dos senhores feudais.

Conforme apresenta Cabral (2008), Alexis Tocqueville entende que a sociedade individualista sem um contra-balanço moral faz nascer a corrupção, o desprezo pelos demais membros da sociedade, ou o desinteresse pela individualidade do outro, deixando os homens ligados “apenas pelos seus interesses”. O não reconhecimento dos efeitos deletérios do comportamento autointeressado leva à indiferença cívica. Este passo estanca virtudes públicas, trazendo, paradoxalmente, o distanciamento do bem coletivo.

À medida que o apetite pelos interesses individuais ganha força, há menor atenção a como este comportamento interfere na coletividade. Ou seja, a moralidade privada passa a vacilar e virtudes, como honestidade, por exemplo, se tornam empecilhos ao desenvolvimento dos interesses particulares. Sem freios às referidas motivações, o interesse coletivo é prejudicado.

Entretanto, Prado (1991), em linha com Gramsci (1979), considera que as interpretações científicas podem afetar o mundo social. Ou seja, as pesquisas teriam a capacidade de impactar na sociedade. Deste modo, a natureza humana não seria imutável, mesmo porque as relações sociais são feitas por homens e por eles podem ser modificadas (PRADO, 1991; SCHMIDT, 2005).

Partindo-se desta concepção, novas teorias que conjecturem organizações sociais mais solidárias ganham destaque. Neste mesmo sentido, pesquisas sobre a formação de valores coletivistas em conformidade com fins éticos, cumpririam seu papel no resgate dos referidos valores.

No campo da pesquisa econômica, cabe salientar que outras tipologias humanas podem ser desenvolvidas, as quais não considerem o homem tão-somente egoísta, até porque:

“o homem não precisa ser concebido como egoísta puro” (KEYNES, 1955, p.128). Mesmo negociantes “podem dedicar a sua riqueza para objetivos filantrópicos e para o bem estar da comunidade a que pertencem (KEYNES, 1955, p.120). Ou como considera Prado (1991, p.88): “outros interesses, mais nobres e altruístas eventualmente, na verdade guiam, mediadamente, os homens na vida econômica”. Para Marshall (1982) “ninguém sabe melhor que o homem econômico resistir ao trabalho árduo e aos sacrifícios, no desejo altruístico de prover às necessidades de sua família. Tacitamente se têm incluído entre os motivos normais as afeições familiares. Mas se eles incluem estas, por que não devem, então, incluir todos os outros motivos altruísticos cuja ação é tão extensamente uniforme em qualquer classe, em qualquer tempo e lugar, que pode ser reduzida à regra geral? Parece não haver razão para isso” (MARSHALL, 1982, p.3-4).

Tal processo poderia mostrar os benefícios de uma sociedade que seja constituída por homens comprometidos com a comunidade. Ou seja, que se vejam enquanto agentes que agregam a ela e não enquanto agentes que produzem unicamente para o seu próprio bem-estar.

Existe, portanto, uma lacuna⁷ teórica que pautar tais temas nas relações sociais. Há vastos campos de pesquisa a serem explorados, com principal destaque a um eventual

⁷ Cabe assinalar estudos neste sentido como de Jon Elster, Amartya Sen e Herbert Simon. Carentes ainda, entretanto, de um corpo teórico fundamentado.

novo arcabouço teórico em conformidade com fins éticos, que pudesse colocar a economia a serviço da coletividade e não do indivíduo. Um corpo teórico arraigado em uma conduta mais solidária, com maior responsabilidade comunitária e que relativize o interesse próprio, por exemplo. Assim como o estudo dos impactos deste homem para o bem-estar social, ao explorar a relação entre o espírito de cooperação social aos problemas da sociedade que são sub-produtos do autointeresse.

O referido prisma se coaduna com a asserção de Bianchi e Santos (2005) que entendem que se todos se verem atuando para o bem comum de forma direta, ao invés de trazerem benefícios “sem querer” à sociedade, o fariam de maneira mais “eficiente” e sem efeitos colaterais.

Discutir a conduta humana e seus reflexos na economia em aderência com questões solidárias faz aflorar, portanto, a observação de como tais comportamentos são acoplados na sociedade. Pauta esta indeclinável enquanto se pensa o bem-estar social.

3.2. O papel de uma nova educação

A educação formal tem grande capacidade de transformar os valores da sociedade. A escola é um terreno fértil de discussões e aplicação de um modelo educacional mais voltado para a coletividade. Ou nas palavras de Schiffer e Peroza (2008, p. 3), “[...] a educação consolida os valores e virtudes já existentes nos alunos e incentiva a superação de erros e defeitos”.

Impõe-se repensar o ensino atual que é baseado em concepções egoístas em que os discentes são incentivados a investirem em uma ascensão social individualista. Cabe questionar como a educação pode mudar os valores da sociedade e quais são estes valores.

Apesar de a educação formal não ser o único meio de se discutir questões sobre valores e moralidade, faz parte das suas atribuições promover a educação moral dos alunos. Nas palavras de Goergen (2007, p. 745): “a educação tem um papel fundamental na formação do sujeito moral, crítico e autônomo, dando novos e transformadores rumos ao movimento dialético entre o indivíduo e a coletividade”.

Para que a escola não mais referende os valores individualistas, ela necessita se posicionar como uma das principais atuantes na reformulação educacional, a qual deve colocar como eixo de seus atos pedagógicos a reflexão e o despertar de seus alunos no que diz respeito ao ser moral, crítico e civilizado.

Adorno em *A educação contra a barbárie* (1995, p. 155), diz que

(...) desbarbarizar tornou-se a questão mais urgente da educação hoje em dia. O problema que se impõe nesta medida é saber se por meio da educação pode-se transformar algo de decisivo em relação à barbárie. Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente

disforme em relação à sua própria civilização, – e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização – mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda a civilização venha a explodir, aliás, uma tendência imanente que a caracteriza. Considero tão urgente impedir isto que eu reordenaria todos os outros objetivos da educação por esta prioridade.

Sintetizando as palavras de Adorno, se pode dizer que a educação deve tornar clara sua finalidade humana tomando uma postura voltada aos valores morais. Não se pode deixar de mencionar aqui a questão dos educadores. Um ensino baseado em valores morais, como honestidade, cidadania, responsabilidade social, justiça carece de docentes preparados para este trabalho. Há que se ter, por isso, pessoas que compactuam com essa maneira de ser. Ou seja, estes professores devem ter passado pela mesma formação que passarão seus discentes.

Não é de se duvidar que para atingir tal objetivo seja necessário um plano de educação continuada, pois da forma que os docentes agem, terminam por inquietar e trazer incertezas aos seus alunos e, mais do que isso, estes educadores esquecem que o exemplo que estão dando contribui para a formação da sociedade, como apresenta Goergen (2007). É sabido, pois, que os alunos costumam se espelhar em seus mestres, afinal eles são o exemplo a ser seguido.

E sobre essa reeducação dos docentes, Goergen (2007, p.749) considera que

É preciso, antes disso, que os docentes tenham uma correspondente formação, que tenham passado por um processo de conscientização de sua própria moralidade, de seus ideais e sentidos de homem, de mundo e de vida, dos fundamentos que orientam seu julgar e agir, para só então, e a partir daí, pensarem no papel que lhes cabe como agentes da formação moral.

Isso posto, torna-se papel da escola despertar em seus discentes o conhecimento de toda a sua historicidade. Fazendo com que ele aprenda paulatinamente e, quase que de forma autônoma, a se sentir e se posicionar como sujeito pensante e atuante de sua realidade, tal como ele é.

Neste sentido, ao ingressar na escola, a pessoa

[...] chega marcada por imagens de violência, de erotismo, de relações utilitaristas; *chega, sobretudo, seduzida por anseios, desejos, modelos de felicidade relacionados às prioridades do mercado, do consumo, do lucro.* (GOERGEN, 2007, p. 748 grifos acrescidos).

Apesar dos estudantes possuírem outros valores que o constituem como ser, cabe à escola transfigurar e reformular alguns destes conceitos. Para cumprir esta tarefa, convém introduzir no currículo pautas que contraponham o pensamento distorcido de felicidade associada ao consumo⁸.

Cumprir indagar, a esta altura, qual seria a maneira de despertar um espírito mais coletivo e voltado para o bem de todos os membros da sociedade. Segundo Cury (2003, p. 56), “desenvolver a responsabilidade social, promover a cidadania, cultivar a solidariedade, expandir a capacidade de trabalhar em equipe, trabalhar os temas transversais: a educação para a saúde, para a paz, para os direitos humanos” se enquadraria nas necessidades pedagógicas de um currículo voltado para a ascensão de valores morais altruístas e que têm como centro a comunidade.

A despeito de críticas a tais visões, as quais seriam essencialmente normativas, há que considerar que os homens são seres em constante mudança, suscetíveis, portanto, a serem pessoas mais justas, sociais e virtuosas⁹. Para isso, a educação formal deve desenvolver uma consciência coletiva em que seja compreendido que nossas atitudes podem interferir na sociedade. Formar seres que considerem lógico possuir um caráter baseado nos valores morais e que, com isso, sintam-se compromissados em combater a imoralidade e os valores individualistas. Nas palavras de Goergen (2007, p. 753).

Combater a imoralidade significa, então, o homem repensar-se como sujeito moral; repensar-se como indivíduo, em sua história pessoal, nas suas relações com os outros seres humanos e com a natureza; significa repensar a sua situação no mundo contemporâneo, o sentido de sua vida presente e futura, as suas formas de convivência e usos dos outros e da natureza. Mas significa, também, repensar a sociedade, seus objetivos e ideais, seus valores e normas, seu sistema jurídico, político e econômico, na perspectiva da convivência digna e justa. (grifos acrescentados)

⁸ Nesse sentido, a educação moral torna-se uma tarefa complexa que envolve o grande desafio da contrafaticidade, uma vez que a tendência educacional dominante é a da acomodação, da adaptação, do enquadramento das pessoas a uma realidade orientada pelos interesses do sucesso pessoal, da posse de bens e do exercício do poder (GOERGEN, 2007).

⁹ O termo virtuoso aqui faz menção ao que se perdeu na sociedade com a expansão do capitalismo: as virtudes. Ter valores morais incorporados a sua vida era o verdadeiro conceito de felicidade. Como explica Goergen (2007 p. 758), “De um lado, sobrevivem os ideais tradicionais de honestidade, respeito e equidade, formulados na Grécia como forma de vida feliz na *pólis* e, na Idade Média, como caminho para a felicidade eterna e, de outro, surgem os ideais da posse, do consumo e do poder que prometem a felicidade no sistema capitalista. A promessa de felicidade, que justificava as virtudes tradicionais, perdeu credibilidade e a felicidade contemporânea não necessita de virtude”.

Dentre as teorias que discutem como fazer as pessoas agirem de acordo com valores morais que visem o coletivo, há que se destacar o pensamento kantiano sobre a pedagogia. Nele, extrai-se a ideia de que todos os homens possuem direitos, os quais estão intimamente ligados a liberdade que, por sua vez, está limitada a liberdade dos demais membros da sociedade. Obviamente isto não é o bastante para se constituir um sujeito moral. Cabe a escola, portanto, a tarefa de construir este indivíduo. Conforme diz Kant:

A educação pública tem aqui manifestamente as maiores vantagens: aí se aprende a conhecer a medida das próprias forças e os limites que o direito dos demais nos impõe. Aí não se tem nenhum privilégio, pois que sentimos por toda parte resistência, e nos elevamos acima dos demais unicamente por mérito próprio. Esta educação pública é a melhor imagem do futuro cidadão. (Kant, 1996, p.36)

Além disso, Kant também explana sobre a questão da lei do dever, que consiste em agir conforme nossa razão¹⁰ determina. Dito de outra maneira, agir de acordo com a lei universal e a do “dever ser” e não a do “ser”. Ou seja, buscar a ação sem se ter um propósito individual, mas um motivo moral para assim agir. Como diz Kant, (1996, p.37) “a formação moral lhe dá um valor que diz respeito à inteira espécie humana”, é dizer, o agir em benefício da totalidade (sociedade) e não da individualidade.

Kant separa em quatro pontos o caráter universal e processual da educação, onde ele os denomina como uma espécie de metas que devem ser buscadas pelo homem enquanto educando (SANTOS e CARMO, 2008). No primeiro ponto, afirma que o homem tem que ser disciplinado, faz, aqui, menção a perda da animalidade. Subsequentemente, fala sobre a aquisição de cultura, definindo-a como criadora de habilidades. No terceiro ponto, fala novamente sobre civilidade que se molda através da prudência, sendo ela outro ponto que precisa ser trabalhado no homem. E, por fim, o qual se refere à questão moral. Neste, o filósofo afirma que, no processo educacional, há que se cuidar da moralização:

Deve, por fim, cuidar da moralização. Na verdade, não basta que o homem seja capaz de toda sorte de fins; convém também que ele consiga a disposição de escolher apenas os bons fins. Bons são aqueles fins aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, os fins de cada um. (KANT, p. 5, tradução própria).

¹⁰ Há em Kant a teoria do *arbitrium liberium* que permite a ele desenvolver uma ética baseada na responsabilidade do sujeito, na medida em que “obrigue-se racional e livremente a agir de acordo com a lei moral e que seja imputado pela sua decisão”. (Cardoso, 2006).

Kant diz que o homem deve domar as paixões (*pathos*¹¹), ou seja, saber recusar certos desejos individuais para um bem comum. Aqui, ele corrobora sua ideia de agir conforme a razão. Deve o homem acostumar-se às recusas, a resistir, privar-se de algo, e também "agir por dever ou respeito à lei moral" (SANTOS e CARMO, 2008).

Além disso, no que tange a consolidação da moralização, Kant dá uma atenção especial às crianças. Ele afirma que para desenvolver um caráter moral nelas é preciso impor regras, deveres e exemplos, para que elas aprendam a lidar consigo mesmas e com os demais. Ainda de acordo com Kant, ao citar o entendimento que as crianças têm sobre a lei do dever, mas que cabe salientar aqui também, os homens devem ter um equilíbrio em suas ações, não sendo elas somente guiadas "pelo prazer, pelo útil ou semelhante, mas por algo universal que não se guia conforme os caprichos humanos" (KANT, p. 26, tradução própria).

Tudo isto posto, parece a educação ser o caminho de transformação do homem em ser social e moral. Ela é um instrumento eficaz na construção de uma sociedade ancorada em outros valores que não os individualistas. Não apenas porque ela é atualmente universalizada em sua quase totalidade, mas fundamentalmente porque ela forma os homens. Deste modo, vislumbra-se tal meio para modificar a realidade social-individualista construída e solidificada ao longo dos séculos.

4. Considerações finais

Os valores individualistas foram construídos a partir da configuração sócio-econômica e foram avalizados por construções teóricas e metodológicas que as saudavam. O resultado foi um aparato institucional, econômico, educacional e intelectual que mostram os benefícios do individualismo e os incentivam.

Embora a sociedade seja amalgamada através de valores individualistas, estes não são perenes. E a transformação destes valores parece ter a capacidade de alterar as relações sociais de modo a elas serem mais solidárias. Um homem comprometido com os demais membros da sociedade e que se veja como membro que controli deliberadamente nela e não apenas obtém vantagens de seus interesses; faz o bem público intencionalmente.

Por ser aqui entendido que o homem também forma o homem, sendo este agente da história, se compreende que tal situação não é imutável. Particularmente dois caminhos são vislumbrados para alterar este contexto: a educação que traga tais valores e o comprometimento dos intelectuais em pensar e teorizar sobre estes novos valores.

¹¹ *Pathos* é uma palavra grega que significa paixão, excesso, catástrofe, passagem, passividade, sofrimento e assujeitamento. O conceito filosófico foi cunhado por René Descartes para designar tudo o que se faz ou acontece de novo é geralmente chamado (pelos filósofos) de *pathos*. E se o conceito está ligado a padecer, pois o que é passivo de um acontecimento, padece deste mesmo. Portanto, não existe *pathos* senão na mobilidade, na imperfeição.

A partir destes dois nascedouros, é possível que os membros da sociedade desejem de fato uma organização social em que os homens se visualizem como cooperantes e que seja, ainda, demonstrado através de construções teóricas os benefícios de tal organização. Neste caso, a sociedade em conjunto alteraria seu contexto, já que a mudança de valores representa a mudança de toda a estrutura social.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995.

AGUIAR, Marianne Tham de; BIANCHI, Ana Maria. Nasce uma ciência: uma investigação sobre a emancipação da Economia em relação à Política. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14, 2009, São Paulo. Disponível em: http://www.sep.org.br/pt/artigo_list.php?id=4. Acesso em: 08 jun. 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *O Mal Estar da Pos-Modernidade*. Rio de Janeiro: J.Z.E, 1998.

BIANCHI, Ana Maria; SANTOS, Antonio Tiago Loureiro Araújo dos. Além do Cânon: Mão Invisível, Ordem Natural e Instituições. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 635-662, jul-set. 2007.

BIANCHI, Ana Maria; SANTOS, Antonio Tiago Loureiro Araújo dos. Adam Smith: filósofo e economista. *Cadernos IHU ideias*, São Leopoldo, n.35, p. 1-14, jul. 2005. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_publicacoes&Itemid=20&task=categoria_s&id=4>. Acesso em: 28 jul. 2009.

BIANCHI, Ana Maria. A pré-história do pensamento econômico. In: BIANCHI, Ana Maria (org). *Questões de Método na Ciência Econômica*. São Paulo: USP, 1986, p. 1-31.

BLAUG, Mark. *A Metodologia da Economia: ou como os economistas explicam*. Lisboa: Gravidia, 1994.

CABRAL, Rafael Lamera. Despotismo democrático, individualismo e a teoria do interesse bem compreendido. In: SIMPÓSIO DOS PÓS –GRADUANDOS EM CIÊNCIA POLÍTICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 5, 2008, São Paulo. *Anais do V Simpósio dos pós-graduandos em Ciência Política da Universidade de São Paulo*, São Paulo, 2008, p. 1-20.

CARDOSO, Sergio Ricardo Pereira. A Construção do Sujeito Moral: considerações sobre a importância da educação em Kant. SEMINÁRIO NACIONAL DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO: CONFLUÊNCIAS, 2, 2006, Santa Maria, FACOS-UFSM, 2006. v. 1.

COMMONS, John Rogers. *Institutional Economics*. Madison: University of Wisconsin Press, 1934.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, 2002.

CURY, Augusto Jorge. *Pais brilhantes, professores fascinantes*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DEMO, Pedro. *Sociologia – Uma Introdução Crítica*. São Paulo: Atlas, 1985.

ELSTER, Jon. When Rationality Fails. In: COOK, K. and LEVI, M. *The Limits of Rationality*. Chicago: Chicago University Press, 1990.

GANEM, Ângela. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 9-36, jul-dez, 2000.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em Descontrole – O que a Globalização está Fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOERGEN, Pedro Laudinor. Educação Moral hoje - cenários, perspectivas e perplexidades. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, p. 737-762, out., 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HAYEK, Friedrich August von. *Individualismo: verdadero y falso*. Buenos Aires: Centro de Estudios sobre la Libertad, 1968. Disponível em: <<http://www.hayek.org.ar/new/images/fotos/articulos/Individualismo.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2009

HIRSCHMAN, Albert. *As paixões e os interesses: argumentos a favor do capitalismo antes do seu triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HUNT, E. K. *Historia do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

KANT, Immanuel. *Pedagogía*. Escuela de Filosofía Universidad ARCIS. Disponível em <<http://www.philosophia.cl/biblioteca/Kant/Pedagogia.pdf>> Acesso em: 02 ago. 2009.

KEYNES, John Neville. *The scope and method of political economy*. 4. ed. New York: Kelley & Millman, 1955.

MARX, Karl. *O Capital Crítica da Economia Política: O Processo de Produção do Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, c2008, v.1.

MARSHALL, Alfred. *Principios de economia – tratado introdutório: natura non facit saltum*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os Clássicos da Política*. 13 ed. V. 1. São Paulo: Editora Ática, 2000.

MILL, John Stuart. Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela. In: *Bentham, Stuart Mill*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 291-315.

MILL, John Stuart. *A lógica das ciências morais*. São Paulo: Iluminuras, 1999

NORTH, Douglas. *Intitutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PARIGUIN, B.D. *A Psicologia Social como Ciência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

PAULANI, Leda Maria. *Modernidade e Discurso Econômico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

PAULANI, Leda Maria. Individualismo metodológico e individualismo Ontológico no Discurso econômico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 23, 1995, Salvador, *Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia*, Salvador: ANPEC, 1995, v.2, p. 120-140.

- PRADO, Eleutério Fernando da Silva. *Economia como ciência*. São Paulo: IPE/USP, 1991.
- RESENDE, Anita Cristina. *Fetichismo e Subjetividade*. 1992. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo:1992.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.
- SANTOS, Douglas Félix dos, CARMO, Ana Luiza Domingues do. *A Educação em Kant: Como a Educação pode levar o homem a agir moralmente Bem*. Disponível em <http://www.conexaeventos.com.br/quem_somos.asp> Acesso em: 15 ago. 2009.
- SCHIFFER, Mônica Brunner; PEROZA, Juliano . Educação em valores humanos e a proposta de Freire na formação docente. SEMINÁRIO EDUCAÇÃO 2008 - 20 ANOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS, 2008, Cuiabá, UFMT, p.1-11, 2008.
- SCHMIDT, Carlos. Especulações sobre o Caminho da Mudança. In: PAULA, João Antonio de. (org.). *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 313-331.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Fundamentos do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- SCHUMPETER, Joseph. *História da análise econômica*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, c1964. v.2.
- SEN, Amartya. *Sobre a Ética e Economia*. São Paulo: Schwarcz, 1999.
- SIMON, Herbert Alexander. Rationality in psychology and economics. In: HOGARTH, R.& REDER, M (eds). *Rational Choice*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações – Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SOUZA, Vanessa Karla Mota de. Individualismo e cultura. CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, João Pessoa, n.9, p.61-73, set. 2005.